

Assunto: **Re: Documentos para formalização de processo administrativo - Município de Tucunduva/RS.**
De: Projeto Restaurar <casaacolherrs@gmail.com>
Para: Secretaria da Fazenda Tucunduva-RS <fazenda@tucunduva.rs.gov.br>
Data: 22/04/2021 10:33



- documentostucunduva.pdf (~6.4 MB)
- tucunduva2.pdf (~1.8 MB)

Bom Dia!

Vimos através deste formalizar a renovação do atual Contrato de Acolhimento Institucional do _____ junto a nossa instituição. Os valores a serem praticados a partir da próxima renovação deverão ser de R\$ 3.185,00 (três mil cento e oitenta e cinco reais), valor este mensal e consecutivo pago sempre até o quinto dia útil subsequente do mês de referência após o envio da Nota Fiscal.

Segue em anexo os documentos solicitados para o trâmite.

A disposição

Ricardo Poganski
Diretor Presidente
Associação Beneficente Projeto Restaurar
CNPJ 74.874.579/0003-10

Em qui., 22 de abr. de 2021 às 10:13, Secretaria da Fazenda Tucunduva-RS <fazenda@tucunduva.rs.gov.br> escreveu:

Bom dia!!!

Solicita-se documentação visando a formalização de processo administrativo, tendo em vista o acolhimento de munícipe em vossa instituição:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

d) Comprovante de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

e) Comprovante de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

f) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

g) Comprovante de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais constituídos por lei;

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

i) declaração, conforme modelo abaixo:

A empresa....., CNPJ Sob.º/....., sediada na
....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a)
portador (a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º-., DECLARA, perante a Lei, que até a presente data:

1. d) Atende a norma do inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional n.º 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso e insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

Local e data